



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – Responsável (is) pela elaboração do ETP:

Realizado por (Nome/Razão Social): Jonhnias Silva Almeida

Matrícula: 9077 CPF: xxx.328.785-25 (x) Servidor Público Municipal () Empresa terceirizada

Realizado por (Nome/Razão Social): Fabiana Moraes da Cruz Santos

Matrícula: 6643 CPF: xxx.649.625-08 (x) Servidor Público Municipal () Empresa terceirizada

2 – Descrição da necessidade (art. 18, §1º, inciso I)

O município necessita de locais adequados para ordenar e padronizar pontos de ônibus e pontos de mototáxi em diferentes localidades no na sede, zona rural e Litoral considerando:

Melhorar as condições de espera e abrigo dos usuários do transporte público e alternativo;

Garantir segurança, conforto e acessibilidade aos passageiros e condutores;

Organizar o uso do espaço urbano, disciplinando áreas de embarque e desembarque;

Atender às demandas recorrentes das secretarias de transporte, infraestrutura e mobilidade urbana.

O Município de Mata de São João-BA busca garantir infraestrutura adequada para o sistema de transporte público e alternativo.

Atualmente, alguns locais do município utilizados como pontos de embarque e desembarque não possuem estrutura física adequada, expondo a população às intempéries bem como sol e chuva, ocasionando aglomerações desordenadas e dificultando a mobilidade urbana. Em alguns trechos, não há local definido para parada, comprometendo a segurança viária e a fluidez do tráfego.

Ademais, o município vem passando por expressivo crescimento urbano e expansão da atividade turística, o que intensifica a circulação de pessoas e aumenta de forma contínua a demanda por transporte coletivo e por serviços de mototáxi como alternativa de mobilidade. É importante destacar que a implantação do programa TARIFA ZERO, a qual assegura transporte público gratuito acarretou no crescimento do número de usuários, tornou-se ainda mais evidente a carência de estruturas apropriadas para embarque e desembarque, demonstra a carência de infraestrutura adequada afim de dar suporte aos Com esse crescimento do número de usuários, tornou-se ainda mais evidente a carência de estruturas apropriadas para embarque e desembarque.

A ausência de infraestrutura adequadas e padronizadas, também impacta negativamente a imagem do serviço público, uma vez que existem alguns pontos que são improvisados, tanto para os pontos dos mototaxistas quanto para os pontos de ônibus, o que causa a insatisfação da população e compromete a eficiência do transporte, especialmente em áreas rurais, comunidades mais afastadas e regiões de grande fluxo de passageiros.

A permanência de estruturas improvisadas compromete a atividade do local para os usuários, o que resultar na redução da procura pelo serviço e consequentemente, na diminuição da renda dos trabalhadores autônomos que atuam no transporte individual de passageiros. A ausência de um espaço adequado gera percepção de informalidade, desconforto e insegurança, prejudicando a imagem do





serviço perante a população. Além de expor os usuários a situações de risco, há a desorganização do embarque e desembarque, com falta de abrigo com iluminação e bancos para ambos, o que prejudica diretamente a segurança e a eficiência do transporte público e privado.

Diante desse cenário, a implantação de estruturas padronizadas e adequadas para ambos os serviços se torna essencial para fortalecer a mobilidade urbana e profissionais do setor de transporte, ampliando a geração de renda própria desses profissionais.

2.1 – Por que o município deverá realizar esse gasto?

A administração do município de Mata de São João-BA tem empreendido esforços com finalidade de implantar melhorias no âmbito da urbanização, buscando sempre aprimorar a realidade urbana existente com excelência e inclusão.

Considerando a necessidade de atendimento por parte da administração com relação as áreas de infraestrutura urbana e mobilidade.

Considerando o transporte de passageiro por motocicletas e do transporte público ser um importante meio de locomoção, possuindo diversos pontos de fornecimento do serviço no município.

Considerando a Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000 a qual estabelece normas gerais e critério básicos para a promoção de normas de mobilidade urbana;

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

VII - mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

Considerando a Lei 10.098 citada reverbera que a iniciativa tem como real intuito organizar, sinalizar, proteger, oferecer conforto, funcionalidade ou serviço ao cidadão.

Considerando também a implementação da LEI Nº 825/2021, DE 19 DE MAIO DE 2021, a qual institui-o o serviço de Transporte Individual Alternativo Complementar - SITIAc no âmbito do Município de Mata de São Joao - BA, de forma a complementar o Sistema de Transporte Municipal, no qual institui-o parâmetros de melhoria do trabalho.

§ 1º. A caracterização do serviço, compreendendo a vistoria da padronização e das condições gerais do veículo e dos equipamentos e acessórios de porte obrigatório, assim como o nível tarifário será objeto do alvará expedido pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, ou por delegação desta, a qual será parte integrante da permissão a que se referir.





Art. 8º. Caberá ao Executivo Municipal definir os critérios de embarque e desembarque de passageiros, inclusive os locais de parada dos veículos, através de regulamento específico. Art. 9º. Caberá ao Executivo Municipal definir e construir abrigos para moto taxistas em pontos estratégicos para o embarque e repouso os moto taxistas.

Embora ainda a Administração já tenha realizado contratações anteriores para a instalação dessas estruturas, a demanda não foi atendida integralmente em sua totalidade, permanecendo diversas localidades sem cobertura ou abrigos deteriorados, improvisados ou inadequados às normas atuais. Ademais, o município tem passado por um processo de expansão urbanística, o que torna necessária a ampliação, modernização e padronização desses equipamentos.

Referente aos pontos de mototáxi as instalações das atuais estruturas espalhados no entorno da cidade não oferecem um abrigo adequado onde foram apurados alguns pontos negativos sendo um dos principais a falta de segurança aos trabalhadores, muitos deles são pequenas barracas com estruturas simples sem segurança, onde impossibilita até mesmo a instalação de algum mecanismo que viabilize a seguridade de seus veículos e instrumentos de trabalho nas horas de intervalo.

Dessa forma, a Prefeitura de Mata de São João, prezando pelo princípio da economicidade, da eficiência e buscando garantir a oferta de saúde, qualidade de vida e um melhor âmbito infraestrutural para os munícipes, entende pertinente e devidamente justificável para o presente estudo.

2.2 – Qual o público alvo será beneficiado?

Toda a população usuária do transporte público coletivo e alternativo, os profissionais que prestam o serviço de mototáxi a qual terão um local com melhores instalações, identificado e abrigado além de usuários desse tipo de transporte convencional e comerciantes que acionam os serviços de transporte para entrega de mercadorias.

Além disso serão beneficiados usuários do transporte público em geral bem como pessoas em situações de vulnerabilidade que dependem do Programa Tarifa Zero.

2.3 – É uma contratação específica para o setor ou poderá envolver outros órgãos e setores? Quais?

É uma contratação específica do setor de obras e serviços públicos SEOSP e Secretaria de Desenvolvimento Emprego e Renda -SEDEER.

2.4 – Essa contratação é para suprir uma demanda existente ou é uma oportunidade/ inovação?

Considerando os pontos citados no item 2.1, tal demanda pode ser considerada existente, visto que já havia sido constatada tal necessidade por parte da administração.





2.5 – É uma contratação urgente ou necessária? (Se urgente será entendida como ação corretiva, não prevista com o prazo prévio de 06 meses da necessidade ou por elemento surpresa. Necessária será entendida com planejamento de 06 meses prévios. Inovadora não irá mensurar prazo médio).

Visto que tal necessidade já havia sido prevista e não se trata de uma ação corretiva ou emergência, tal demanda pode ser classificada como contratação necessária.

2.6 – Em que implicará a falta dessa contratação?

A não resolução do objeto fará com que moto taxistas não tenham um espaço adequado para realizarem o atendimento ao público com conforto além de ficarem expostos do sol e chuva, dificultando a realização dos seus serviços, além da ausência do fortalecimento da geração de renda própria.

A ausência do ponto de ônibus ou a sua inadequação pode expor os passageiros a riscos, como não ter um local seguro para esperar, não ter visibilidade da via, nem local adequado para embarque e desembarque, o que pode levar a acidentes e quedas.

2.7 – Essa contratação é para aplicação imediata? É uma contratação de um produto perecível?

Não.

2.8 – Essa contratação depende de outros fatores externos? Quais?

Não.

2.9 – Não há outra solução para suprir a necessidade?

- A implantação de estruturas provisórias (abrigos modulares ou móveis)
- Instalação de tendas, uma vez que poderiam atuar tanto para abrigar os usuários do transporte público, quanto para os mototaxistas.
- Outra solução para suprir a necessidade, seria a população utilizar outros equipamentos semelhantes de comunidade vizinhas para atender as suas necessidades.

Essas alternativas não substituem totalmente os benefícios de uma estrutura adequada, acessível e padronizada, mas podem servir como soluções transitórias ou complementares até a execução das obras definitiva

Contudo, esta não é a solução mais viável, considerando a distância ente as mesmas, visto que descaracteriza completamente a função e o interesse social do equipamento, conforme descrito no item 2.1

2.10 – Já avaliou a possibilidade de alugar em vez de adquirir ou vice-versa?

Por se tratar de um serviço de construção de equipamentos fixos para atender as necessidades da administração a longo prazo, não se faz viável à locação de tais equipamentos.





3 – Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (art. 18, §1º, inciso II):

O Município de Mata de São João-BA já elaborou o Plano de Contratação Anual (PCA), conforme previsto na Lei 14.133/2021, e conforme recomendação nº 002/2022 CGM, a presente contratação foi inserida no Plano de Contratações Anual publicado em 2025. A qual está disponível no Diário Oficial do Município contratação nº312.

4 – Requisitos da Contratação (art. 18, §1º, inciso III): (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR).

Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado;

A contratação da construção dar-se-á por meio de licitação, do tipo menor preço global, de modo que o desconto máximo admitido por Lei seja aplicado em todos os itens da planilha orçamentária. Além disso, a Licitante deverá garantir a exequibilidade dos preços propostos, conforme determinará o projeto básico e edital de contratação;

A empresa a ser contratada deverá possuir expertise em obras afins ao objeto pleiteado comprovando através da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado;

Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto;

Para o fornecimento dos materiais, a contratada deverá observar no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

A empresa deverá enviar juntamente com a proposta de preços, os percentuais que correspondem a material e mão de obra, a fim de agilizar o processo de empenho de valores em caso de contratação da mesma;

É imprescindível a disponibilidade de recurso orçamentário dedicado para concretude da Contratação.

4.1 – Quais órgãos também necessitarão dessa contratação?





Trata-se de uma contratação exclusiva do órgão de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Desenvolvimento Emprego e Renda.

4.2 – Requisitos básicos:

Comprovar através da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado.

4.3- Requisitos Legais: A contratada deve estar em conformidade com todas as legislações municipais, estaduais e federais aplicáveis à execução de obras públicas. Deverão estar quitadas todas as obras fiscais e trabalhistas. Será exigido que a empresa apesente todas as certidões negativas de débitos pertinentes e esteja regularizada junto ao CREA, além de atender integralmente às disposições da Lei 14.133/2021.

4.4- Requisitos de Sustentabilidade: A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo: • Adoção e medidas de proteção para redução ou neutralização de riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI 'S necessários, fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades.

É importante ressaltar que a contratada deverá elaborar um plano de gerenciamento de resíduos realizados durante a construção o objeto e destina-lo correto para locais licenciados.

4.5- Requisitos Econômicos: Com vistas à racionalidade do gasto público e à busca pela economicidade, a contratação deverá observar a eficiência no ciclo de vida útil dos materiais e sistemas construtivos, priorizando soluções que reduzam custos de manutenção e operação da edificação, o uso de materiais de alta durabilidade, resistentes ao desgaste natural e ao ambiente litorâneo, de modo a minimizar substituições frequentes e gastos recorrentes.

5 – Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (art. 18, §1º, inciso IV) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):

Para atendimento à demanda de infraestrutura de transporte público e alternativo do município de Mata de São João-BA, foi estimado um montante de aproximadamente 10 (dez) pontos e ônibus e 12 (Doze) pontos de moto taxi com estrutura metálica e/ou eucalipto, totalizando a implantação ora aproximada de 22 (vinte e duas) estruturas a serem implantadas em diferentes localidades sendo sede, litoral e zona rural do município de Mata de São João-BA.





Para fins de planejamento, padronização e execução das obras, os pontos de transporte coletivo e individual apresentarão as seguintes dimensões:

- **Ponto de Ônibus:** Altura: 3,00 metros Largura: 4,80 metros
- **Ponto de Mototáxi:** Altura: 2,38 metros Largura: 6,15 metros

OBS: Nos pontos de mototáxi, está prevista a instalação de infraestrutura moderna e funcional, incluindo pontos de tomadas elétricas, entradas USB para recarga de dispositivos móveis e caixa de telefonia para suporte à comunicação.

Essas medidas foram definidas de forma a garantir conforto, acessibilidade e segurança aos usuários, bem como adequação ao espaço urbano, permitindo a instalação de assentos, cobertura e sinalização sem interferir na circulação de pedestres e veículos.

É importante frisar que em razão das características específicas de cada local de implantação, poderão existir necessidades técnicas distintas, como adequações de pavimentação, acessibilidade, drenagem, reforço estrutural, iluminação, entre outros. Ressalta-se que o certame licitatório será realizado na modalidade Ata de Registro de Preços, motivo pelo qual os quantitativos estimados possuem caráter meramente previsional, podendo ser contratados em maior ou menor quantidade, de acordo com a necessidade da Administração, respeitados os limites legais e a vigência da ata.

A contratada deverá seguir rigorosamente as orientações da fiscalização da Secretaria Municipal de Obras, que indicará, para cada localidade, se será aplicado apenas o modelo padrão ou se haverá inclusão de serviços complementares.

Os quantitativos dos serviços correlacionado ao Objeto a ser pleiteado serão obtidos através dos Projetos, itens anexos, os quais consideraram as diretrizes técnicas fundamentadas na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Ressalto que nos autos estará a Memória de Cálculo utilizada para chegar aos quantitativos para a execução do referido objeto.

6 – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (art. 18, §1º, inciso V) (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR. LEIA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE ABAIXO):

Após levantamento de mercado através de contratos anteriores, de acordo com a atual necessidade foi levantado as seguintes soluções:

Solução 1: Aquisição de abrigos pré-fabricados (fornecimento e instalação por fornecedor especializado).

Solução 2: Fornecimento e instalação de toldos/tendas para abrigar pontos de moto taxi e pontos de ônibus em todo o território do município de Mata de São João-BA.





Solução 3: Aquisição de matérias e disponibilização de mão de obra própria para atendimento da demanda;

Solução 4: Contratação de empresa em engenharia para fornecimento e instalação de pontos de moto taxi e pontos de ônibus na sede, litoral e zona rural do município de Mata de São João/Ba.

Mostra-se mais peremptório mediante as soluções apontadas a solução 4 Contratação de empresa especializada em engenharia para realizar instalação de pontos de moto taxi e ponto de ônibus em estrutura de metálica, visto que, as soluções 1 2 e 3 o processo seria menos eficiente, pois se dá a abertura de dois processos licitatórios, a gestão de dois contratos, além de centralizar a responsabilidade e a emissão de notas por mais de uma pessoa jurídica. Outrossim, tais soluções gerariam mais encargos e custos para a administração.

Em vista disso a solução 4 é a mais adequada aos interesses da administração tendo em vista o menor custo além de ser fundamental para garantir um resultado de qualidade, segurança, eficiência e um atendimento completo às necessidades do município e da população.

7 – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, §1º, inciso VI) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):

Considerando os contratos anteriores referentes à implantação de pontos de transporte no Município de Mata de São João/BA, foi realizada uma estimativa preliminar de valores para o objeto desta licitação, que contempla a contratação de empresa em engenharia para a instalação de pontos de mototáxi e a remoção e/ou demolição dos pontos de ônibus existentes, bem como o fornecimento e instalação de novos pontos de ônibus em estrutura metálica na sede, litoral e zona rural do município.

Somatório dos contratos anteriores

- Valor do contrato de pontos de mototáxi: R\$ 2.559.999,95 – Day Construções LTDA Contrato n°358/2024.
- Valor do contrato de pontos de ônibus: R\$ 1.556.985,21 – Nerges Construções LTDA EPP Contrato n°733/2023.

Considerando as contratações anteriores realizadas pela administração estima-se um montante de **R\$ 4.116.985,16 (Quatro Milhões, Cento e Dezesesseis Mil, Novecentos e Oitenta e Cinco Reais e Dezesesseis Centavos.**

Essa soma representa uma estimativa básica, sem considerar ajustes por inflação, serviços extras ou eventuais divergências técnicas entre os locais de implantação.

Ressalta-se que este processo licitatório será conduzido na forma de Ata de Registro de Preços, permitindo que a Administração contrate os serviços conforme a demanda efetiva, com preços e condições previamente estabelecidos, garantindo maior flexibilidade, economicidade e planejamento na execução das obras.





8 – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (art. 18, §1º, inciso VII) (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR. LEIA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE ABAIXO).

A solução consiste é a Contratação de empresa em engenharia para fornecimento e instalação de pontos de moto taxi e pontos de ônibus na sede, litoral e zona rural do município de Mata de São João/Ba.

Além disso, a execução por empresa em engenharia garante responsabilidade técnica, segurança estrutural e atendimento às normas legais, urbanísticas e de acessibilidade, assegurando maior durabilidade das estruturas e redução de custos com manutenção futura. A contratação unificada também permite planejamento integrado das etapas de demolição, fundação, fabricação, transporte, montagem e instalação, otimizando equipes, prazos e insumos.

Adicionalmente, a solução contempla a possibilidade de adequações específicas em cada local, considerando condições de solo, necessidade de fundações diferenciadas, calçamento, iluminação, acessibilidade e demais serviços complementares, o que confere flexibilidade e melhor atendimento às demandas reais do município.

Dessa forma, a solução proposta é completa, eficiente, sustentável e juridicamente adequada, proporcionando economia de escala, padronização, qualidade, segurança e maior benefício à população usuária do transporte público e complementar.

9 – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, §1º, inciso VIII) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):

O critério de julgamento será por LOTE UNICO, tendo em vista que a sua fragmentação incorrerá contra integridade qualitativa do objeto a ser fornecido, *in verbis*:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

Considerando a economia em escala, visando eficiência de suas obras, serviços e compras efetuadas pela Administração, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando que a presente contratação se trata de uma prestação de serviço e observando-se que centralizando a entrega de todos os itens por uma única pessoa jurídica, facilitará a inclusive o processo de entrega de materiais no prazo, emissão de notas fiscais, além de garantir que a qualidade





no produto final esteja padronizada em todos aspectos e regras de mercado tendo em vista a satisfação do interesse público.

Considerando que adjudicação por itens implicaria na perda da economia de escala, tendo em vista que o fornecimento unificado dos itens pode resultar na diluição dos custos fixos do fornecedor, pois em uma licitação de obras, de acordo com o acórdão 3140/2006 do TCU, considera-se que a contratação parcelada pode gerar uma excessiva pulverização dos serviços, tornando mais dispendiosa a contratação.

Considerando o parecer nº 2086/00 elaborado pelo professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes no processo nº 194/2000 do TCDF: “ Só pode se falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção, (...) neste sentido um exame atento dos tipos de objeto licitados pela administração pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico pela manutenção da unicidade da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório”.

Portanto, após análise dos quesitos de divisibilidade e viabilidade técnica, neste caso em questão, a licitação por LOTE ÚNICO baseou-se na viabilidade técnica e econômica, sendo o que melhor atende o interesse da administração para este tipo de licitação, tendo em vista ser a opção que trará um menor dispêndio.

10 – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, §1º, inciso IX).

Com a construção do objeto requisitado pretende-se criar um espaço agradável e com uma infraestrutura adequada para os mototaxistas e utilizadores de transporte público e alternativo além disso a presente ocorrência atenderá amplamente aos cidadãos e usuários desse tipo de transporte, beneficiando assim todo o município.

Serão utilizados materiais que trazem custo benefício e qualidade para que o equipamento a ser entregue tenha uma relação custo, qualidade e tempo de vida útil do equipamento. Dessa forma, evidencia-se que as alocações dos recursos financeiros, econômicos e administrativos condizem com o quanto requerido.

11 – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (art. 18, §1º, inciso X).

Por se tratar de uma contratação de empresa especializada nesse tipo de prestação de serviço e por ser uma atividade já desenvolvida anteriormente pelos servidores, torna-se dispensável a capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual, além disso por se tratar de um equipamento que já é de posse e responsabilidade da administração, não se faz necessário adoção de medidas previamente à celebração do contrato.

12 – Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, inciso XI).





Considerando que todo material, equipamentos e mão de obra necessária para a conclusão do projeto em questão serão de responsabilidade da empresa contratada, dessa forma, justifica-se a contratação independente.

13 – Descrições de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (art. 18, §1º, inciso XII).

Possíveis impactos ambientais:

- ❖ Alto consumo de água e energia, poluição do entorno por descarte indevido de resíduos sólidos, transito de veículos de forma desnorteada.
- ❖ Interferência temporária no tráfego urbano bem como bloqueio parcial de vias.
- ❖ Poluição sonora e perturbação da vizinhança durante a execução.

Medidas mitigadoras:

- ❖ Manejo adequado dos resíduos sólidos da obra e controle dos gastos de energia e água durante os serviços prestados por parte da contratada, reduzir a dependência de veículos particulares e, consequentemente, as emissões de poluentes.
- ❖ Sinalização adequada do local onde será realizado os serviços e planejamento adequado das etapas de execução.
- ❖ Realização de um plano de construção e comunicação prévia à comunidade sobre as etapas da obra.

14 – Posicionamentos conclusivos sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, §1º, inciso XIII).

Após os estudos técnicos que acompanham esta declaração, o técnico responsável pela elaboração deste estudo técnico preliminar, identificado no item 01 e adiante assinante de tal declaração, declara ser viável a contratação da solução pretendida, considerando que:

- a) a forma da contratação é a mais indicada;
- b) possui a máxima possibilidade de alcance dos resultados pretendidos;
- c) os riscos foram mitigados;
- d) cumpre os princípios de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Mata de São João/BA, 09 de setembro de 2025.

Elaborado por: (Assinatura digital)

JONHNIA SILVA ALMEIDA

Subcoordenador de Análise /Matrícula 9077

Ciente: (Assinatura digital)

FABIANA MORAIS DA CRUZ SANTOS

Gerente de Planejamento e Projetos /Matrícula 6643





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 141F-0B68-7137-1EFB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JONHNIAS SILVA ALMEIDA (CPF 078.XXX.XXX-25) em 08/01/2026 10:52:21 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FABIANA MORAIS DA CRUZ SANTOS (CPF 021.XXX.XXX-08) em 08/01/2026 13:51:00 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/141F-0B68-7137-1EFB>